

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



12
2022



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Tomás Paixão Borges

Editor Adjunto: Marllon Motta da Rocha

Conselho Editorial: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, André Pimentel Ferreira Leão, Beatriz Santos, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Kethlyn Winter, Leandro Wolpert dos Santos, Levi Salomão, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Marllon Motta da Rocha, Nathalia de Oliveira, Paulo Jacob Inguane, Pedro Lange Netto Machado, Rafaela Rodrigues Blanco Guimarães, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

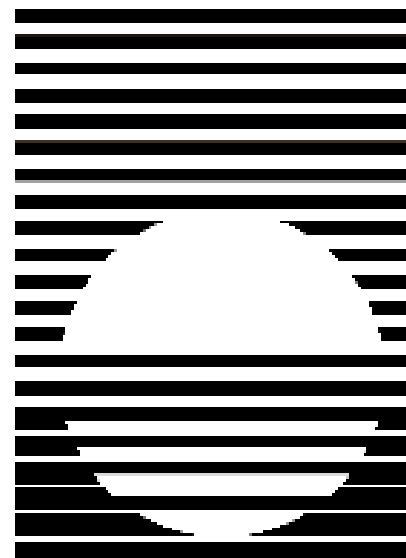
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Em meio à tensão terrorista, Lula começa a montar nova equipe de governo

Novo chanceler do Brasil define agenda e indica primeira mulher na Secretaria Geral do Itamaraty

Página 05

Governos de esquerda na América Latina apoiam ex-presidente do Peru após prisão

Partidos paraguaios realizam primárias para definir presidencialistas

Página 06

Entidades paraguaias reagem ao anúncio brasileiro de redução da tarifa de Itaipu

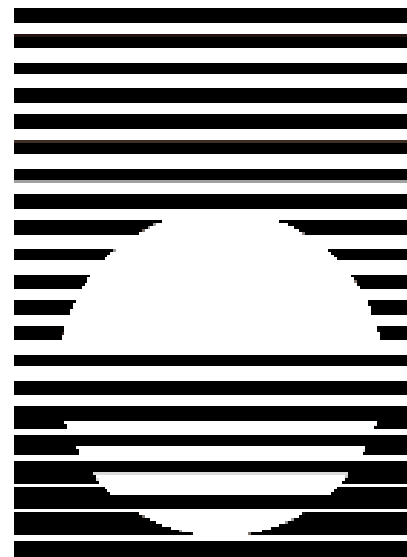
Vice-chanceler do Uruguai renuncia após polêmica com entrega de passaporte

Página 07

Projeto de Paz Total do governo colombiano avança

Chile anuncia acordo político para refazer nova Constituição

Governo chinês critica nova venda de armas dos EUA a Taiwan



Em meio à tensão terrorista, Lula começa a montar nova equipe de governo

No dia 12 de dezembro, horas depois da diplomação de Lula como presidente eleito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), manifestantes bolsonaristas realizaram uma série de atos de vandalismo em Brasília, incendiando automóveis e depredando a sede da Polícia Federal. Os manifestantes protestavam contra a prisão temporária do indígena José Acácio Tserere Xavante, apoiador do atual presidente Jair Bolsonaro. Xavante é investigado por participar de atos antidemocráticos e reunir pessoas para cometer crimes, mediante a ameaça de agressão e perseguição de Lula e de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 24, às vésperas do Natal, outro apoiador bolsonarista, George Washington de Oliveira Sousa, foi preso após planejar um atentado terrorista nos arredores do aeroporto de Brasília. Além de instalar uma bomba em um caminhão-tanque de combustível, com a “intenção de criar o caos no país e provocar a intervenção das Forças Armadas por meio da decretação de estado de sítio”, Souza armazenava um arsenal de armas, munições e explosivos em seu apartamento, onde foi preso pela polícia. Em meio ao clima de tensão, Lula começou a montar a nova equipe de governo. No dia 9 de dezembro, o presidente indicou os nomes que assumirão os ministérios da Fazenda (Fernando Haddad), de Relações Exteriores (Mauro Vieira), da Defesa (José Múcio), da Justiça e Segurança Pública (Flávio Dino) e da Casa Civil (Rui Costa). No dia 22, novos nomes foram anunciados para as pastas da Saúde (Nísia Trindade), Educação (Camilo Santana), Relações Institucionais (Alexandre Padilha), entre outras. O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, também ocupará o cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e a senadora Simone Tebet (MDB), candidata à presidência no primeiro turno dessas eleições e que no segundo selou seu apoio à Lula, teve seu nome confirmado, no dia 27 de dezembro, para chefiar o Ministério do Planejamento. Nesta última data, Marina Silva também foi indicada para comandar o Ministério do Meio Ambiente.

Fontes: [O Globo](#), 12/12/2022; [Folha de São Paulo](#), 22/12/2022; [O Estado de São Paulo](#), 24/12/2022; [G1](#), 25/12/2022; [O Estado de São Paulo](#), 26/12/2022; [O Estado de São Paulo](#), 27/12/2022; [Folha de São Paulo](#), 27/12/2022.

Novo chanceler do Brasil define agenda e indica primeira mulher na Secretaria Geral do Itamaraty

No dia 09 de dezembro, o presidente-eleito Luís Inácio Lula da Silva anunciou Mauro Vieira como ministro das Relações Exteriores do futuro governo. Vieira é diplomata de carreira, acompanhou Lula na COP27 no Egito e foi chanceler de Dilma Rousseff do início de seu segundo mandato em 2015 até o impeachment em 2016. Em entrevista coletiva concedida no dia 14 de dezembro, Vieira afirmou já ter recebido de Lula as diretrizes para o início de governo. Os principais focos seriam a reconstrução de pontes com vizinhos regionais, a partir da volta do Brasil a órgãos que haviam sido “abandonados” pelas gestões passadas como a CELAC e a UNASUL, e a recriação de laços com as nações africanas, com base em projetos de cooperação. Na coletiva, Vieira anunciou que a diplomata Maria Laura da Rocha ocuparia a Secretaria Geral do Itamaraty na sua gestão, se tornando a primeira mulher a ocupar esse posto no ministério. A indicação de Rocha se deu em meio à demanda por maior presença feminina nos altos quadros do Itamaraty, com campanhas defendendo, inclusive, o nome de uma primeira mulher para o cargo de chanceler. Vieira também anunciou o diplomata Ricardo Monteiro para sua chefia de gabinete, eles haviam atuado em conjunto na delegação brasileira na ONU. Em reação às perguntas dos jornalistas, Vieira afirmou que o Brasil retomaria relações com o governo de Maduro na Venezuela e, sobre os processos de adesão à OCDE e de negociação do Acordo Mercosul-UE, afirmou que seriam examinados com mais detalhe na futura gestão, mas que haveria vontade de fazê-los avançar. Por fim, Vieira também anunciou quais seriam as prováveis três primeiras viagens internacionais de Lula após tomar posse. De início, Lula deve ir para a Argentina em janeiro, onde participará da cúpula da CELAC e realizará visita oficial ao presidente argentino, Alberto Fernández. Após essa primeira visita, Lula pretende realizar até março viagens de Estado para os EUA e para a China.

Fontes: [O Estado de São Paulo](#), 09/12/2022; [Folha de São Paulo](#), 14/12/2022; [Poder360](#), 14/12/2022.

Governos de esquerda na América Latina apoiam ex-presidente do Peru após prisão

As relações diplomáticas entre governos de esquerda na América Latina e o Peru vêm sendo abaladas após a tentativa de golpe do ex-presidente peruano Pedro Castillo, ocorrida no dia 7 de dezembro. Na ocasião, o Congresso impediu a manobra do ex-mandatário e votou a favor da vacância presidencial por incapacidade moral. No mesmo dia, a polícia envolvida no processo de prisão de Castillo alegou que o então presidente foi encontrado a caminho da embaixada do México na cidade de Lima, em busca de asilo, mas detido antes de chegar ao local. A concessão de asilo à família de Pedro Castillo tornou-se polêmica após declarações da nova presidente do país, Dina Boluarte, respondidas por Andrés Manuel López Obrador, presidente do México, que garantiu que a entrada em seu país permanecerá livre para o ex-presidente e sua família. No dia 09 de dezembro, portanto em meio ao cenário de tensão entre o presidente do México e a presidente do Peru, a chancelaria peruana solicitou maiores explicações por parte da embaixada mexicana sobre as declarações de López Obrador e de seu ministro das Relações Exteriores, Marcelo Ebrard, alegando ingerência externa nos assuntos de interesse doméstico do Peru. No dia 12 de dezembro, por sua vez, os governos da Bolívia, Colômbia, México e Argentina emitiram um comunicado conjunto para expressar preocupação com os acontecimentos no país vizinho. Na declaração, os signatários afirmam que Castillo foi “vítima de perseguição antidemocrática desde o dia de sua eleição” e pedem que as partes envolvidas no processo “priorizem a vontade das urnas”. O comunicado teve grande repercussão na mídia boliviana que, ao longo da semana, destacou as reações da oposição e de representantes do governo ao ocorrido no Peru. No dia 14 de dezembro, em sessão especial no parlamento cubano por ocasião do 18º aniversário da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), o presidente boliviano Luís Arce, reforçou o posicionamento pró-Castillo e alertou sobre a existência de “setores antidemocráticos” que “não desistem de perseguir constantemente a esquerda quando está no governo”. O comentário de Arce foi acompanhado pelo posicionamento do ex-presidente Evo Morales, que pediu a libertação do presidente destituído e acusou o país de “discriminar Castillo por interesses políticos e setoriais”. Em entrevista realizada no dia 15 de dezembro, por outro

lado, o deputado do partido de oposição Comunidade Cidadã (CC), Gustavo Aliaga, afirmou que houve uma “intervenção direta” e “incitação à violência” da Bolívia ao se manifestar sobre os conflitos no Peru e seu ex-presidente Pedro Castillo. Horas após a destituição do presidente peruano, ainda no dia 7 de dezembro, os ex-presidentes Tuto Quiroga e Jeanine Áñez e o líder do CC, Carlos Mesa, já haviam se posicionado contrariamente a Pedro Castillo. O novo governo peruano, por sua vez, chamou para consulta os embaixadores dos países signatários após o comunicado conjunto pró-Castillo. Mais especificamente no caso do México, a atual chanceler peruana, Ana Cecilia Gervasi, declarou o embaixador mexicano no Peru, Pablo Monroy Conesa, como persona non grata no país, fornecendo-o 72 horas a partir do dia 20 de dezembro para que se retirasse do território. Nas palavras de Gervasi, houve intromissão nos assuntos internos do país andino por parte dos quatro países vizinhos. Apesar disso, o Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru (Mincetur) afirmou que não pretende romper relações comerciais com o México, lembrando que o Peru deve ser o próximo país a tomar o cargo de presidência da Aliança para o Pacífico, atualmente ocupado pelo México.

Fontes: [El Deber](#), 07/12/2022; [Unitel](#), 07/12/2022; [Página Siete](#), 07/12/2022; [La República](#), 09/12/2022; [Gobierno de México](#), 12/12/2022; [Ministério de Relações Exteriores da Bolívia](#), 12/12/2022; [El Deber](#), 13/12/2022; [Uol](#), 14/12/2022; [Opinión](#), 15/12/2022; [La República](#), 20/12/2022; [Gestión](#), 22/12/2022; [La República](#), 22/12/2022; [El Comercio](#), 24/12/2022.

Partidos paraguaios realizam primárias para definir presidenciais

No dia 18 de dezembro, duas forças políticas formadas por partidos tradicionais do Paraguai decidiram, por meio de eleições primárias, os candidatos que concorrerão à Presidência da República nas próximas eleições gerais, em 30 de abril de 2023. Pelo lado do Partido Colorado, do atual presidente Mario Abdo Benítez, concorreram os candidatos Arnoldo Wiens, apoiado por Abdo Benítez, e Santiago Peña, apoiado pelo ex-presidente paraguaio Horacio Cartes (2013-2018). O candidato de Cartes ganhou as internas coloradas com aproximadamente 51% dos votos e concorrerá à presidência pelo partido. Peña é um economista e ex-ministro da Fazenda do Paraguai.

Concorrendo pela Concertação Nacional, coalizão de oposição, foi vitorioso o candidato Efraín Alegre, com aproximadamente 60% dos votos. Alegre foi ministro de Obras Públicas e atualmente é presidente do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA). Esta será a terceira vez que o presidenciável pela oposição participará do pleito, tendo também concorrido contra Cartes (2013) e Abdo Benítez (2018), quando obteve mais de 40% dos votos. O prazo para oficialização das candidaturas expira em 17 de janeiro de 2023. Vale salientar que o Partido Colorado governou o Paraguai de maneira quase ininterrupta desde sua redemocratização, estando fora da presidência apenas no período de 2008 a 2013, quando o país foi presidido pela chapa formada pelo ex-presidente Fernando Lugo (da coligação Aliança Patriótica para a Mudança) e por seu vice-presidente Federico Franco (do Partido Liberal Radical Autêntico).

Fontes: [France 24](#), 18/12/2022; [ABC](#), 18/12/2022; [UOL](#), 18/12/2022; [Deutsche Welle](#), 19/12/2022.

Entidades paraguaias reagem ao anúncio brasileiro de redução da tarifa de Itaipu

No dia 22 de dezembro, o ministro das Relações Exteriores paraguaio, Julio Arriola, foi convidado pelo presidente da Comissão Permanente do Congresso Nacional paraguaio, Ángel Paniagua, para dar explicações a respeito do anúncio do Ministério de Minas e Energia (MME) brasileiro sobre uma suposta redução da tarifa de Itaipu em 38,9%. Esta redução representa uma diminuição de US\$ 18,95/KW para US\$ 12,67/KW. De acordo com entidades paraguaias, essa decisão foi tomada unilateralmente pelo Brasil. Em contrapartida, no dia 23 de dezembro, o diretor paraguaio da Itaipu-Binacional, Manuel María Cáceres, convocou uma conferência de imprensa para comunicar que ainda não foi realizado nenhum acordo entre os países em relação à tarifa energética para o ano de 2023. De acordo com Cáceres, as discussões ainda estão sendo realizadas a nível técnico e o lado paraguaio pretende deixar a tarifa o mais alto possível, algo em torno de US\$ 20,75/KW. O diretor paraguaio reconheceu, porém, que o Brasil já tomou decisões unilaterais às quais o Paraguai reagiu passivamente. Nos dias seguintes, a suposta passividade paraguaia também foi criticada pelo senador Eusebio Ayala e por meios de comunicação paraguaios, que acusaram o governo de seguir uma agenda brasileira e praticar uma política

entreguista. Até o momento, o presidente paraguaio Mario Abdo Benítez e o ministro das Relações Exteriores, Julio Arriola, ainda não se pronunciaram sobre a anunciada decisão brasileira.

Fontes: [La Nación](#), 20/12/2022; [Ministério de Minas e Energia do Brasil](#), 21/12/2022; [Itaipu Binacional](#), 21/12/2022; [La Nación](#), 23/12/2022; [La Nación](#), 23/12/2022.

Vice-chanceler do Uruguai renuncia após polêmica com entrega de passaporte

No dia 21 de dezembro, a vice-ministra das Relações Exteriores do Uruguai, Carolina Ache, renunciou a seu cargo e, no dia seguinte, apresentou sua renúncia ao setor Secretaria Geral de Cidadania do Partido Colorado. As renúncias se deram após uma polêmica envolvendo a ex-ministra, o subsecretário do Interior, Guillermo Maciel, e o narcotraficante Sebastián Marset. Detido nos Emirados Árabes Unidos por tentar sair do país com um passaporte paraguaio falso, Marset o teria recebido em novembro de 2021. Um ano e dois meses depois, conversas entre Ache e Maciel tornaram-se públicas e levantaram a discussão sobre quem fora o responsável pela emissão do documento. Nas conversas, Maciel interroga a ex-ministra sobre a situação de Marset, se estava detido ou solto. Na oportunidade, Ache não comunicou o chanceler Francisco Bustillo sobre sua conversa com o subsecretário, embora tenha sido Bustillo quem se reunira com o advogado de Marset quando este buscava agilizar o processo. A respeito deste episódio, surgiram críticas tanto por parte do partido no poder quanto da oposição, que aguardam uma investigação e uma posição do presidente Lacalle Pou sobre mudanças no gabinete. Ao final, a responsabilidade recaiu sobre o Ministério do Interior e o das Relações Exteriores, sendo este posteriormente considerado como aquele que “deu a última palavra” sobre a entrega do documento. O novo vice-ministro de Relações Exteriores, Nicolás Albertoni, tomou posse no dia 22 de dezembro e, nas palavras de Francisco Bustillo, sua chegada vai trazer “ar fresco” à instituição. Por fim, ambos afirmaram que os rumos traçados em matéria de política externa serão mantidos.

Fontes: [El Observador](#), 14/12/2022; [El Observador](#), 14/12/2022; [El País](#), 20/12/2022; [El País](#), 21/12/2022; [El País](#), 22/12/2022; [La Diaria](#), 23/12/2022.

Projeto de Paz Total do governo colombiano avança

No dia 05 de dezembro, o governo colombiano anunciou um acordo com o Exército de Libertação Nacional (ELN) para permitir o retorno de populações indígenas Emberá às suas terras. Os Emberás se viram obrigados a fugir de seus lares nos departamentos de Chocó e Risaralda após o início de uma guerra entre narcotraficantes, paramilitares e rebeldes do ELN, e há dez anos tentam retornar aos seus locais de origem. Este é o primeiro ponto acordado entre o governo de Gustavo Petro e o ELN após o início das conversas para o projeto de Paz Total na Colômbia, no final de novembro de 2022. O projeto prevê a extinção do conflito armado no país por meio de diálogos com grupos opositores e a estruturação de uma política de Estado para o assunto. Além deste avanço, o projeto de Paz Total ganhou mais força no dia 24 de dezembro, após o ELN, o Estado-Maior Central (EMC) das Farc, a dissidência Segunda Marquetalia, paramilitares da Sierra Nevada de Santa Marta e grupos armados do porto de Buenaventura terem declarado cessar fogo unilateral durante as festividades de fim de ano, o que sinalizaria o compromisso com a Paz Total. Em seu discurso de Natal, o presidente colombiano reforçou a aposta de seu governo em alcançar a Paz Total, sendo essa a meta mais importante do país, convidando toda a população colombiana e atores interessados a participarem de sua construção.

Fontes: [El Tiempo](#), 27/11/2022; [O Globo](#), 04/12/2022; [El Espectador](#), 21/12/2022; [El Espectador](#), 24/12/2022; [El Colombiano](#), 24/12/2022; [El Tiempo](#), 24/12/2022; [O Globo](#), 24/12/2022.

Chile anuncia acordo político para refazer nova Constituição

Em 12 de dezembro, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado do Chile, Vlado Mirosevic e Álvaro Elizalde, respectivamente, anunciaram o “Acuerdo por Chile”, um documento que prevê os próximos passos para a criação de uma nova Constituição nacional, após uma primeira versão ter sido rejeitada em referendo realizado no último mês de setembro. O acordo foi fruto da negociação entre 14 partidos e três movimentos sociais, entre setembro e dezembro, no âmbito do Congresso. O Partido Republicano, de extrema-direita e liderado por José Antonio Kast, não participou do diálogo, por defender a manutenção da Constituição de

1980, elaborada na ditadura de Augusto Pinochet. O acordo estabelece 12 bases constitucionais que deverão ser contempladas na nova Carta Magna, as quais envolvem a defesa de princípios como o Estado unitário, a unidade da nação, o direito à vida, o direito à propriedade, a responsabilidade fiscal e a autonomia do Banco Central. Além disso, o acordo prevê, para janeiro de 2023, a eleição, pelo Congresso, de uma Comissão de Especialistas paritária, composta por 24 pessoas de trajetória profissional, técnica ou acadêmica destacada, para redigir um anteprojeto de Constituição. Posteriormente, em abril de 2023, será realizada uma eleição popular para uma Assembleia Nacional Constituinte, chamada de Conselho Constituinte, com 50 assentos, novamente paritário e com vagas reservadas a indígenas. Este órgão formulará a nova Constituição, a partir do anteprojeto de especialistas, entre maio e outubro de 2023. Finalmente, será criado um terceiro órgão, o Comitê Técnico Assessor, composto por 14 juristas renomados e eleito pelo Congresso, que revisará se o que for aprovado pela Comissão de Especialistas e pelo Conselho Constituinte obedece às bases constitucionais acordadas pelos parlamentares. Para novembro de 2023, está previsto um referendo popular que aprove ou rejeite a nova versão do texto constitucional.

Fontes: [Senado do Chile](#), 12/12/2022; [Folha de S. Paulo](#), 12/12/2022; [El Mostrador](#), 13/12/2022.

Governo chinês critica nova venda de armas dos EUA a Taiwan

Nos dias 11 e 12 de dezembro, o vice-ministro de Relações Exteriores da China, Xie Feng, se reuniu com autoridades estadunidenses em Langfang para reestabelecer o diálogo entre China e EUA, conforme prometido por Xi Jinping e Joe Biden na Cúpula do G20. O governo estadunidense enviou dois representantes para o encontro: o subsecretário de Estado para Assuntos da Ásia Oriental e Pacífico, Daniel Kritenbrink, e a diretora sênior do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca para Assuntos da China, Laura Rosenberger. Um dos pontos sensíveis que Feng destacou para seus interlocutores estadunidenses foi a necessidade dos EUA abandonarem a mentalidade de Guerra Fria, respeitarem os comunicados onde os estadunidenses reconhecem o princípio de ‘Uma China’ e que não haja incentivos ou reconhecimento de Taiwan como país independente. Em 23 de dezembro, um novo passo foi dado na retomada do diálogo, após a realização

de uma chamada telefônica entre o chanceler Wang Yi e o secretário de Estado Antony Blinken, quando os dois trataram de questões como meio ambiente, guerra na Ucrânia, interesses comuns entre os dois países, além de ter sido reforçada a necessidade dos EUA respeitarem o princípio de ‘Uma China’. No dia seguinte, entretanto, a construção deste diálogo passou por um revés, após a aprovação da Lei de Autorização de Defesa Nacional para 2023, onde o governo dos EUA prevê o financiamento de armamentos e financiamentos militares para o próximo ano de até 10 bilhões de dólares para o governo de Taiwan. O porta-voz do escritório de Assuntos de Taiwan do Conselho de Estado da China, Zhu Fenglian, reforçou que a iniciativa dos EUA fragiliza a paz e a estabilidade entre os dois lados do estreito de Taiwan, compromete uma mediação pacífica e interfere em assuntos domésticos do povo chinês. Em resposta à provocação, o governo chinês iniciou um exercício de ataque no entorno do espaço aéreo de Taiwan, o que repercutiu negativamente em veículos de mídia internacionais, que acusaram o governo chinês de promover soluções violentas e antidemocráticas contra o governo de Taiwan. Este exercício aéreo foi uma das maiores manobras militares executadas pelas forças de defesa chinesas desde a visita da representante estadunidense Nancy Pelosi, em agosto deste ano.

Fontes: [Xinhua](#), 13/12/2022; [Xinhua](#), 23/12/2022; [South China Morning Post](#), 24/12/2022; [Xinhua](#), 25/12/2022; [Reuters](#), 25/12/2022; [Financial Times](#), 26/12/2022.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

